

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA  
PRÓ-REITORA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM LIBRAS - EaD**

**MARIA APARECIDA SOUSA COELHO**

**DIFICULDADES DE COMUNICAÇÃO ENTRE SURDOS E TRABALHADORES DA  
SAÚDE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA**

**PATOS-PB  
2021**

**MARIA APARECIDA SOUSA COELHO**

**DIFICULDADES DE COMUNICAÇÃO ENTRE SURDOS E TRABALHADORES DA  
SAÚDE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA**

Artigo apresentado à Banca examinadora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – *Campus* Patos, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Libras.

Orientador (a): Profa. Dra. Maria Clerya Alvino Leite

**PATOS-PB  
2021**

**MARIA APARECIDA SOUSA COELHO**

**DIFICULDADES DE COMUNICAÇÃO ENTRE SURDOS E TRABALHADORES DA SAÚDE NA  
ATENÇÃO PRIMÁRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Banca Examinadora, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – *Campus* Patos, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Libras.

Patos-PB, 05 de abril de 2021.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CAMPUS PATOS/IFPB

C672d Coelho, Maria Aparecida Sousa  
Dificuldades de comunicação entre surdos e  
trabalhadores da saúde na atenção primária/ Maria  
Aparecida Sousa Coelho. - Patos, 2021.  
28 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em  
Libras - EAD) - Instituto Federal da Paraíba, 2021.  
Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Clerya Alvino Leite

1. Dificuldades 2. Comunicação 3. Libras 4. Surdos  
5. Profissionais da Saúde I. Título.

CDU – 616-056.263

**BANCA EXAMINADORA**

*Maria Clerya Alvino Leite*

---

Profa. Dra. Maria Clerya Alvino Leite- Orientadora  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

*Erivan Lopes Tomé Júnior*

Prof. Me. Erivan Lopes Tomé Júnior – Avaliador  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

*Juçara Lídia de Araújo Ângelo*

Profa. Esp. Juçara Lídia de Araújo Ângelo – Avaliadora  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, que é autor e consumidor da fé, pois sem ele, eu não teria capacidade alguma de concluí-lo. A meu esposo Ildo; que passou noites de sono comigo enquanto eu lia artigos; aos meus filhos, Rosicleia, Eudes, Rildo, Lubianca, Flavio e Diego, e noras, pela compreensão da ausência e falta de atenção; à minha mãe Lindalva, que deixei de visitá-la durante semanas. E por fim, aos meus netos, Suzanne Rachel, Ester, Luiz Gabriel, Victor Gabriel, Lucas, Gustavo Rafael. E aos professores que muito contribuíram para que eu chegasse até aqui.

## **AGRADECIMENTOS**

Expresso minha gratidão à professora Dra. Maria Clerya Alvino Leite, por ter aceitado me orientar na elaboração deste trabalho e, pela paciência que teve em me orientar todas as vezes em que senti dificuldades para concluí-lo. Gratidão a todos os coordenadores do curso, aos professores, tutores, colaboradores.

Gratidão!

## RESUMO

O presente estudo apresenta as dificuldades de comunicação entre surdos e trabalhadores da saúde na atenção primária. O tema foi abordado mediante a percepção de que os surdos estão deixando de procurar os serviços de saúde, porque não são compreendidos pelos trabalhadores que atuam na atenção primária. A pesquisa tem como objetivo geral apresentar as principais dificuldades encontradas pela comunidade surda dentro das unidades de saúde e como objetivos específicos: identificar como se dá a comunicação do médico com paciente surdo; investigar as estratégias de comunicação utilizadas pelos trabalhadores da saúde, no ato do atendimento ao surdo; propor meios que viabilizem o acesso ao conhecimento da Língua Brasileira de Sinais por parte dos profissionais de saúde, como desenvolvimento de projetos que abracem a comunidade surda, promovendo inclusão. Métodos: Pesquisa bibliográfica de trabalhos já publicados entre 2015 e 2020. Resultados encontrados: Dificuldades de comunicação, desistência do atendimento, dificuldades de compreender o que o médico explica, falta de intérpretes de Libras, e o tempo de espera. Conclui-se que capacitar trabalhadores com curso básico de Libras, incluir como matéria obrigatória a Libras nos cursos superiores, e produzir materiais informativos em Libras nas unidades de saúde ajudam na comunicação surdo/ouvintes. Utilização dos aplicativos proDeaf, e Hand Talk, para tradução do português para Libras.

**Palavras-chave:** Dificuldades. Comunicação. Libras. Surdos. Profissionais da saúde.



## ABSTRACT

The present study presents the communication difficulties between deaf and health workers in primary care. The topic was addressed through the perception that the deaf are failing to seek health services, because they are not understood by workers who work in primary care. The general objective of the research is to present the main difficulties encountered by the deaf community within the health units and as specific objectives: to identify how the physician communicates with the deaf patient; investigate the communication strategies used by health workers, when assisting the deaf; to propose means that enable health professionals to have access to the knowledge of the Brazilian Sign Language, such as the development of projects that embrace the deaf community, promoting inclusion. Methods: Bibliographic search of works already published between 2015 and 2020. Results found: Communication difficulties, giving up on care, difficulties to understand what the doctor explains, lack of interpreters of Libras, and the waiting time. It is concluded that training workers with a basic Libras course, including Libras as a compulsory subject in higher education courses, and producing informative materials in Libras at health facilities help in deaf / hearing communication. Use of the proDeaf and Hand Talk applications to translate from Portuguese to Libras.

**Keywords:** Difficulties. Communication. Pounds. Deaf. Health professionals.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
1.1	OBJETIVOS.....	11
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>12</b>
2.1	O QUE É LIBRAS? COMO CHEGOU NO BRASIL?.....	12
2.2	LEI 10.436: UM BREVE RELATO.....	13
2.3	DIREITOS À ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: LEI Nº. 10.098.....	13
2.4	O QUE É SURDEZ? COMO CLASSIFICAR A PERDA AUDITIVA.....	14
<b>3</b>	<b>MÉTODOS.....</b>	<b>16</b>
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>21</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>25</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>27</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Sabemos que a comunicação abre portas, aprofunda nossos relacionamentos e que toda pessoa tem direito à comunicação, pois comunicar-se é inerente ao ser humano. Digo isso me referindo à fala, pois é por meio da comunicação que podemos resolver nossos problemas, e alcançar os nossos objetivos. Partindo desse pressuposto, é de fato e notório que em meio a uma sociedade cuja predominância comunicativa é oral, existem milhares de pessoas que estão com esse direito de comunicar-se prejudicado por falta do não conhecimento da sua cultura ; refiro-me neste sentido, apercebemos que o acesso à comunicação e o que é especificamente inerente ao atendimento na atenção primária de saúde está bastante comprometido e limitado, o que não significa que há impedimento das pessoas surdas terem acesso aos ambientes, mas que , se não há conhecimento da parte dos profissionais de modo que haja comunicação entre as partes, como obter um atendimento de qualidade? A saúde básica é a porta de entrada de todo cidadão brasileiro à saúde pública, e as pessoas Quem já ouviu ou leu a frase: “saúde é um direito de todos”? Certamente muitos de nós temos conhecimento deste postulado e do direito universal ao qual ele implica. Certamente lutamos por fazê-lo válido, mas venho levantar a seguinte problemática: se a saúde é um direito de todos, como lidar com um sistema que não capacita seus trabalhadores para atender de maneira eficaz a todas as pessoas, sem distinção, de acordo com a cada condição física e psíquica? Para sermos mais claros, como a saúde é um direito de todo cidadão se, por exemplo, a comunidade surda não encontra, na maioria das vezes, um profissional da área apto a dialogar com ela e a atendê-la dentro de suas necessidades? Essa problemática se faz pertinente, pois a pessoa surda não é um zero à esquerda, ela é gente como a gente e detentora dos mesmos direitos. Diante desta breve reflexão, foi-se pensado em elaborar esta pesquisa, pois, por mais que pareça algo inexistente em nossa sociedade, a falta de capacitação para os profissionais atuantes nas unidades de saúde na atenção primária é evidente, o que afasta os surdos de procurarem esses serviços e torna as barreiras comunicativas ainda muito presentes, demandando uma urgência que precisa apresentar soluções viáveis.

Eu venho da área de saúde, atuo como agente comunitária de saúde, e posso perceber em minhas rotinas diárias a falta de capacitação para atendimento a uma pessoa que chega apresentando deficiência auditiva e que precisa do uso da língua de sinais para ser entendida e conseguir compreender o que acontece durante seu atendimento. Observar cada obstáculo encontrado faz questionar até quando estas pessoas continuarão sem ter os seus direitos respeitados. Isso torna ainda mais relevante esta pesquisa, pois, nosso objetivo é fazer parte dessa mudança que, de fato, é capaz de impulsionar a saúde como algo acessível a todos. Diante

do exposto, o tema atribuído a este trabalho de conclusão de curso é inerente à vivência cotidiana com este grupo de pessoas que precisa de atendimento em unidades da atenção primária. Diante da dificuldade da comunicação entre surdos e trabalhadores da saúde, surgiu a motivação de narrar com precisão essas dificuldades, pois, muitas das vezes os primeiros não conseguem atendimento de qualidade por falta do não entendimento da sua língua por parte dos segundos, que não são qualificados para atender e interagir com o surdo, causando, assim, constrangimento, mal atendimento, e o risco de uma conduta equivocada ao, por exemplo, vir a prescrever uma medicação errada.

As garantias individuais do surdo e o pleno exercício da cidadania alcançaram respaldo institucional decisivo com a Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, em que é reconhecido o estatuto da Língua Brasileira de Sinais como língua oficial da comunidade surda, com implicações para sua divulgação e ensino, para o acesso bilíngue à informação em ambientes institucionais e para a capacitação dos profissionais que trabalham com os surdos. (BRASIL, 2002).

Sabe-se que todo profissional da saúde, desde o médico até a enfermeira, deve manter sigilo sobre o diagnóstico de um paciente atendido, mas, com a pessoa surda isso não acontece. Seja porque o surdo quando tem um intérprete que o acompanhe, leva-o consigo e partilha do diagnóstico diante das circunstâncias, seja quando não o tem, o que pode levar qualquer pessoa no ambiente, de maneira vexatória, a tentar descobrir o que realmente está sendo sinalizado. Muitas das vezes, as pessoas surdas acabam desistindo do entendimento, pois, ainda mais gravemente, por falta de conhecimento da língua de sinais, trabalhadores as rotulam de “*mudinhas*”, tornando a consulta um momento desagradável e constrangedor, sem a devida ética profissional (MAGRINI; SANTOS, 2014). A equipe que as acolhe também fica constrangida por não compreender o surdo e vice-versa. Sabe-se que a melhor forma de inserir um cidadão em um espaço de saúde é acolhendo, indicando o fluxo do trabalho dentro das unidades de saúde e nos hospitais, informando horário de atendimento, repassando o nome do médico ou da médica que irá atender etc. Essas questões ficam sem respostas diante de uma equipe sem nenhum profissional que saiba se comunicar com o surdo por não conhecer a Libras. Trazemos aqui, a saúde na atenção primária, porque é através das unidades básicas de saúde, que todo cidadão brasileiro faz seu primeiro acesso à saúde. Antes de procurar as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) ou os hospitais, os usuários do SUS procuram primeiro a saúde básica, que é a porta de entrada de todo cidadão brasileiro aos serviços públicos de saúde (SOUSA; ALMEIDA, 2017).

As pessoas com surdez não possuem menos direitos que os ouvintes, mas, mesmo assim, enfrentam muitos desafios, sendo um deles o abordado nesta pesquisa, que são as dificuldades de acesso ao atendimento médico, pois os profissionais médicos não interagem com o surdo porque não dominam Libras. Sendo assim, se evidencia a falta de comprometimento por parte de gestores que não atentam para a urgência em capacitar os trabalhadores da saúde, com cursos básicos da Libras, o que termina deixando uma comunidade prejudicada sem direito à saúde, em virtude de não encontrarem informação, ou por uma má qualidade no atendimento, e, por extensão, sem garantia de acessibilidade em um espaço.

A Lei de Diretrizes de Bases (LDB) diz que é dever do Estado oferecer saúde e educação de qualidade a todo cidadão brasileiro (BRASIL, 1996). Observe-se o que diz a Constituição Federal de 1988: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação.” (BRASIL, 1988). Então, logo que percebemos o pouco grau de comprometimento no atendimento para com pacientes surdos, ressalta-se a falha do sistema, que desobedece a Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência, já que o eixo que apregoa universalidade, equidade e integralidade é, em tese, para todos, mas, na prática, não se concretiza para com a comunidade surda (BRASIL, 2010).

É fato que os entraves que acontecem no atendimento das pessoas com surdez, e os obstáculos com respeito ao atendimento à saúde dessa comunidade, devem-se às barreiras comunicacionais, talvez por elas serem uma minoria, apenas formarem um pequeno grupo de pessoas que procura estes espaços públicos de saúde. Todavia, isso não justifica negligências ao fazer com que mesmo essa minoria vivencie conflitos e constrangimentos. Mesmo estando em um ambiente repleto de ouvintes/orais e de culturas diferentes, seus direitos devem ser respeitados, para que se evite e combata, principalmente, que surdos sejam rotulados de “doido”, “mudo”, “mudinho”, tornando o atendimento ou a consulta médica em um momento constrangedor, sem ética profissional. As pessoas com surdez enfrentam muitos desafios e um deles é o acesso ao atendimento médico. A equipe que as acolhe também não fica fora deste contexto, pois se vê constrangida ao não as compreender. Sabe-se que a melhor forma de inclusão do surdo nesses espaços é ao promover que os trabalhadores da saúde, em geral, atentem para as dificuldades enfrentadas por ambos os lados, visto que alguns surdos não sabem a língua portuguesa, e a maioria dos trabalhadores da saúde não conhecem a dos sinais.

Diante dessa breve caracterização do tema, pensamos na elaboração de uma pesquisa de revisão bibliográfica que visa compreender por meios de pesquisas realizadas anteriores como está o cenário de acesso da pessoa surda à unidade básica de saúde. Sendo assim, apresenta a seguinte questão norteadora: Qual a produção científica acerca das dificuldades entre os surdos e trabalhadores da saúde na atenção primária?

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1 Geral

- Apresentar as principais dificuldades encontradas pela comunidade surda dentro das unidades de saúde.

### 1.1.2 Objetivos Específicos

- Identificar como se dá a comunicação do médico com pacientes surdos.
- Investigar estratégias de comunicação utilizadas pelos trabalhadores da saúde no ato do atendimento ao surdo.
- Propor meios que viabilizem o acesso ao conhecimento da Língua Brasileira de Sinais por parte dos profissionais da saúde como o desenvolvimento de projetos que abracem a comunidade surda, promovendo inclusão.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 O QUE É LIBRAS? COMO CHEGOU NO BRASIL?

A Língua Brasileira de Sinais, conhecida como Libras, é um artefato cultural pertencente à comunidade surda. Ela possui fonologia, morfologia, gramática, semântica e sintaxe próprias e é um sistema linguístico utilizado pelos surdos (BRASIL, 1996). É uma língua de origem francesa e sua modalidade é gestual-visual, tornando-a uma ferramenta importante para inclusão das pessoas surdas nos meios sociais (BRASIL, 2019). A Libras chegou ao Brasil no ano de 1855, através do professor Frances Ernest Huet, surdo desde os 12 anos de idade, que veio ao Brasil a convite do Imperador Pedro II para iniciar a educação de surdos no país.

Huet era adepto dos métodos de ensino de Charles Michel de L'Épée, que ensinava aos surdos através dos gestos, pois na sua percepção, os surdos aprendiam o que viam, e os ouvintes aprendiam o que escutavam. Huet fundou o Instituto dos Surdos Mudos em 1857, que hoje é o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), no Rio de Janeiro, registrada na Lei nº. 839, de 26 de setembro de 1857. Assim, ele é considerado como pioneiro do ensino de Libras no Brasil, e através do INES muitos surdos foram alfabetizados. Até os dias de hoje o instituto permanece como referência aos cursos superiores bilíngues, com polos em várias universidades do Brasil, e considerando-se uma instituição totalmente bilíngue, com a TV INES, que conta com programação exclusiva para surdos.

Apesar da Libras ser uma língua própria do nosso país, ela sofre com o regionalismo, pois um sinal que utilizamos no Nordeste, no Sul já é sinalizado de outra modalidade. No Brasil, a Libras foi regulamentada através do Decreto nº. 5626, de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), e reconhecida por meio da Lei nº. 10.436, em 24 de abril de 2002, como sendo a língua oficial da comunidade surda (BRASIL, 2002). Apesar de ser uma língua própria do surdo, não é uma versão sinalizada do português, pois é uma modalidade diferente da dos ouvintes, por possuir característica própria que a torna diferente da língua portuguesa.

Com base nesta rápida explanação sobre a história da Libras, é possível inferir que este assunto é um campo relevante, apesar de vasto, o que nos leva a reconhecer o destaque dado apenas às partes mais importantes.

## 2.2 LEI 10.436: UM BREVE RELATO

Por meio do Decreto de nº. 5626, de 22 de dezembro de 2005, e a Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002, a Libras foi regulamentada como sendo a língua oficial da comunidade surda no Brasil, apresentando um marco importante para comunidade surda no que diz respeito às suas lutas e conquistas de muitos anos e séculos de disputa. A Lei reconhece os direitos legais e viabiliza, em todo o país, a importância do reconhecimento de uma comunidade que sofreu, lutou e conquistou seus direitos, apesar de ainda o surdo não usufruir desse direito em alguns espaços. A Lei nº. 10.436 apresenta cinco artigos, que, em cada um, traz diretrizes importantes para a comunidade surda. O primeiro artigo reconhece a Língua Brasileira de Sinais com gramática própria, de natureza visual-motora e oriunda da pessoa surda. No segundo artigo, a Lei garante que o poder público, em geral, deve apoiar o uso da Libras como meio legal de comunicação da pessoa com surdez. Partindo para o terceiro artigo, este diz que os serviços de saúde devem garantir atendimento de qualidade aos portadores de deficiência auditiva de acordo com as normas legais da Lei. O quarto artigo versa que os sistemas educacionais federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal, devem garantir a inclusão do ensino de Libras para os cursos de fonoaudiologia, magistério, níveis médio e superior, como partes integrantes dos currículos nacionais PCNs, mas também alerta que a Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa. Finalizando, o quinto artigo menciona a importância da data de 24 de abril de 2002, como um marco importante na história dos surdos, pois considera uma conquista peculiar da comunidade surda que esperou anos para que essa vitória viesse a acontecer.

## 2.3 DIREITOS À ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: LEI Nº. 10.098

A Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2002, é a Lei de acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2000). Em se tratando da pessoa surda, ela diz respeito ao direito à comunicação, garante direito à saúde, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura e ao lazer. É uma lei que, se fosse respeitada e cumprida na íntegra, certamente favoreceria os direitos de acessibilidade das pessoas com surdez, e evitaria certos desconfortos em suas vivências diárias. Sabe-se que para essa Lei e tantas outras que favorecem a comunidade surda não existe fiscalização. A lei implementa obrigações de que nos programas de televisão deve-se conter legendas, e formação de intérpretes da Libras nas transmissoras, mas nem todas as programações da TV aberta contêm legendas, com exceção da TV INES, do



Rio de Janeiro, que possui programação totalmente bilíngue. Certamente quando não se respeita uma lei, alguém sai prejudicado e, nesse caso, a comunidade surda continua sem informações de todo conteúdo das programações de televisão abertas. A lei assevera que os surdos possuam suas necessidades e direito de comunicarem-se e de serem recebidos, acolhidos e compreendidos nos espaços públicos, sejam eles, postos de saúde, hospitais, supermercados, faculdades ou aeroportos. Alguns surdos alegam não participarem de alguns eventos devido à falta de acessibilidade comunicacional, por falta de intérpretes, mas a Lei nº. 10.098, e a portaria MEC nº. 976, de, 04 de maio, de 2006, garantem intérpretes para pessoas surdas ou deficientes auditivos, como também telefones especiais, em locais de eventos. A lei também garante que em todas as empresas, espaços públicos federais, estaduais e municipais, reservem 5% das vagas de seu quadro de funcionários para pessoas com deficiências. Diante do exposto, é evidente que há necessidade de fiscalização no cumprimento dessa Lei, pois muitos direitos que os surdos adquiriram com muita luta não estão sendo executados, e ao deixar de incluí-los em espaços onde a inclusão deveria acontecer, a Lei acaba por repetir o ditado e não sai do papel, inclusive, na atenção primária de saúde (BRASIL, 2000) e (BRASIL, 2006).

#### 2.4 O QUE É SURDEZ? COMO CLASSIFICAR A PERDA AUDITIVA

Surdez é um diagnóstico dado pela Medicina quando o indivíduo é impossibilitado de escutar sons. A audição é formada por canais que conduzem o som até o ouvido interno, onde há um estímulo elétrico que atua através das ondas sonoras que são enviadas ao cérebro, ajudando no reconhecimento e identificação daquilo que escutamos (DIAS *et al.*, 2018). Podemos classificar três tipos de ponto de vista da surdez: o médico, o educacional e o cultural. Para a Medicina a hipoacústica é caracterizada conforme o nível de perda auditiva, porque um paciente com audição normal escuta em torno de 20 dB (decibéis), mas quando há queixa de só escutar o som acima de 20 dB, este paciente está com perda auditiva. É considerada perda auditiva leve a pessoa que apresenta queixa de só escutar acima de 20 até 40 dB. Já para a perda auditiva moderada, as pessoas alegam sentir muitas dificuldades em ouvir e precisam de sons de 25 a 40dB. A perda auditiva severa é aquela em que o indivíduo não consegue escutar nenhum tipo de som, e para diagnosticar, se o dB estiver acima de 70 e 90 dB ele é considerado portador de surdez severa. A perda auditiva profunda é diagnosticada quando o paciente escuta pouco e necessita de pelo menos 90 dB (SILVA; CANCELIERI, SOARES, 2019).

De acordo com o Decreto nº. 5626, de 22 de dezembro de 2005, Art. 2, o indivíduo é considerado pessoa surda quando consegue interagir com o mundo e compreende a língua de

sinais. Já no parágrafo único da mesma Lei, diz-se que a deficiência auditiva é considerada quando ocorre perda total bilateral ou parcial de 41 dB, ou mais, constatada através de audiograma com frequência de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz, e 3.000Hz. Do ponto de vista educacional a surdez é considerada quando a criança surda apresenta dificuldades de comunicação pela via auditiva, e do ponto de vista cultural as pessoas com surdez constroem sua própria cultura, ressaltando que a surdez não é considerada apenas uma condição fisiológica.

### 3 MÉTODOS

A pesquisa foi do tipo bibliográfica. Esta, por sua, consiste em um tipo específico de produção científica; é feita com base em material já publicado (com base em textos) como livros, artigos científicos, ensaios críticos, dicionários, enciclopédias, jornais, revistas, resenhas, resumos. Atualmente, predomina o entendimento de que artigos científicos constituem o foco primeiro dos investigadores, por que é neles que se encontra conhecimento atualizado, de ponta (MARCONI; LAKATOS, 2017).

A referida pesquisa bibliográfica compreendeu as seguintes fases, conforme descrito por Gil (2017).

-Escolha do tema: Deve estar relacionado com o interesse do discente. Contudo, não basta o interesse pelo assunto. É necessário dispor também de bons conhecimentos na área de estudo para que as etapas seguintes do trabalho acadêmico possam ser adequadamente desenvolvidas. Quem pouco conhece, dificilmente faz escolhas adequadas. Isso significa que o discente somente poderá escolher um tema a respeito do qual já leu ou estudou.

-Levantamento bibliográfico preliminar: O pesquisador de posse de um tema, não significa que já esteja em condições de formular seu problema de pesquisa (processo bastante complexo). Portanto, logo após a escolha do tema, o que se recomenda é um levantamento bibliográfico preliminar que facilite a formulação do problema. Desse modo, o pesquisador toma familiaridade com o tema.

-Formulação do problema: após a fase anterior, o pesquisador estará em condições de formular o problema de maneira clara, precisa e objetiva. Ou seja, essa fase consiste na formulação de uma pergunta, na inquietude do pesquisador. O problema de pesquisa é o passo inicial de toda a pesquisa, visto que o conhecimento científico avança a partir da resolução de problemas.

-Elaboração do plano provisório da pesquisa: Define a estrutura lógica do trabalho mediante a apresentação ordenada de suas partes - como se fosse um sumário prévio. Contudo, não é possível, naturalmente, elaborar de início um plano definitivo.

-Busca das fontes: São fontes capazes de fornecer respostas adequadas à solução do problema proposto. Parte disso já foi desenvolvida na revisão bibliográfica preliminar, que só difere desta etapa por não ser considerada definitiva. Escolheu-se trabalhos acadêmicos publicados entre os anos de 2015 e 2020 no Google Acadêmico. A partir disso, foi desenvolvida uma tabulação das principais informações: dos autores, do ano de publicação, da revista em que o artigo foi publicado, do delineamento da pesquisa, e dos principais resultados das pesquisas. Fez-se necessária a elaboração de um quadro (elencado abaixo) com resultados de pesquisas anteriores

para facilitar a elaboração do presente trabalho. Aqui, nesse ponto, onde pode-se caracterizar o tipo de trabalho como artigo de revisão narrativa, visto que não permite a reprodução dos dados.

-Leitura do material: a leitura que se faz na pesquisa bibliográfica deve estabelecer relações das informações e os dados obtidos com o problema proposto.

-Fichamento: A confecção de fichas evita problemas comuns, como o esquecimento de referências bibliográficas ou da autoria de uma citação importante ou a indisponibilidade da informação contida num livro ou periódico obtido por empréstimo.

-Construção lógica do trabalho: consiste na organização das ideias com vista em atender aos objetivos da pesquisa. Cabe aqui estruturar logicamente o trabalho para que ele possa ser entendido como unidade dotada de sentido.

-Redação do texto: não há regras fixas acerca do procedimento a ser adotado, pois depende do estilo do autor.

Quadro – Caracterização dos trabalhos publicados na literatura de 2015 a 2020.

<b>Autores</b>	<b>Ano</b>	<b>Tipo de trabalho/ Periódico</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Delineamento da pesquisa</b>	<b>Resultados da pesquisa</b>
Nascimento, Fortes e Kessler.	2015	Revista da Saúde Santa Maria	Investigar a percepção de adultos surdos acerca das estratégias de comunicação estabelecidas com profissionais de saúde durante o atendimento.	Pesquisa descritivo-exploratória, quanti-qualitativa.	86% nunca foram atendidos por profissional que soubesse Libras e 45% já desistiu do atendimento por dificuldades comunicativas. Dentre as dificuldades no acesso à saúde, 25% apontaram a sala de espera, 23% dificuldade em compreender explicações do profissional e 23% ausência de intérpretes.
Oliveira <i>et al.</i> (2015)	2015	Interface- Comunicação, Saúde, Educação	Compreender o conhecimento de pessoas surdas em saúde e doença e suas fontes de informações.	Estudo descritivo, com abordagem qualitativa	Os surdos apresentaram um conhecimento limitado sobre o processo saúde-doença. Alguns expuseram não conhecer sobre saúde, devido a fontes precárias e pouco eficientes, disponibilizando informações primárias, sem profundidade de conteúdo, e, por isso, reivindicam mais oportunidades.
França <i>et al.</i> (2016)	2016	Ciencia y Enfermeria	Investigar as dificuldades de profissionais da saúde para a realização da consulta com a pessoa com surdez severa.	Estudo transversal, descritivo e qualitativo	Dentre as dificuldades, destacaram-se: comunicação prejudicada, déficit na formação de recursos humanos para a consulta e reconhecimento das necessidades de saúde, infraestrutura inadequada para acolhimento e atendimento ao surdo, incerteza com relação aos cuidados em saúde prescritos na consulta e prejuízo da autonomia do paciente.

Sousa e Almeida	2017	Id on Line Revista Multidisciplinar e Psicologia	Investigar o preparo da equipe multiprofissional quanto ao atendimento a pessoa surda na atenção básica.	Pesquisa bibliográfica por meio de busca eletrônica de trabalhos científicos.	O atendimento aos surdos na saúde pública está em processo de construção e ainda apresenta sérias deficiências. É necessário a presença de acompanhante ou intérpretes preparados que estejam à disposição do serviço e a inclusão de curso de Libras e de disciplinas que abordem os aspectos da comunicação com o surdo no currículo acadêmico das graduações da área de saúde.
Silva e Almeida	2017	Id on Line Revista Multidisciplinar e Psicologia	Fazer um levantamento bibliográfico a respeito da relação comunicativa com os profissionais de saúde e os usuários surdos, quando estes procuram algum tipo de atendimento nas instituições de saúde.	Revisão bibliográfica	Os resultados apontaram que o usuário surdo e a sua família encontram diversas barreiras comunicativas, o que prejudicam a interação e o acolhimento nos serviços de saúde.
Nóbrega, Munguba e Pontes	2017	Revista Brasileira em Promoção da Saúde	Conhecer a assistência à saúde prestada às pessoas surdas, usuárias da Libras, a partir da sua perspectiva, com vistas a refletir sobre a inclusão de ações na Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência	Estudo de abordagem qualitativa	O estudo evidenciou três categorias temáticas: barreiras nos serviços de saúde; atitudes para minimizar as barreiras de comunicação; e, sugestões para melhoria da assistência nos serviços de saúde.
Valente	2017	Trabalho de Conclusão de Curso-UEA	Verificar em que nível de compreensão fica o diálogo da pessoa surda com o profissional nas Unidades Básicas de Saúde.	Estudo exploratório descritivo com abordagem quali-quantitativa.	O trabalho mostra que não existe de fato acessibilidade aos surdos nas UBS da Parintins e diante disso conclui-se que os surdos são os únicos que buscam por sua inclusão, aprendendo outras formas de comunicação.
Dias <i>et al.</i>	2018	Temas em Saúde	Identificar as dificuldades encontradas no processo de comunicação entre o profissional de saúde e o usuário com disfunção auditiva	Pesquisa exploratória-descritiva com abordagem qualitativa	Os profissionais tiveram oportunidade de prestar assistência a uma pessoa surda e conseguiram sucesso. Na tentativa de se estabelecer o diálogo com essa clientela, os profissionais valeram-se de gestos e sinais rudimentares, além de leitura labial e auxílio do acompanhante. Afirmam conhecer Libras apesar de não dominarem, algum ou outro profissional relata saber apenas o alfabeto e ainda há aqueles que dizem não saber expressar uma definição.
Nascimento	2019	Trabalho de Conclusão de Curso-UFRJ	Analisar como vem sendo efetivado o acesso à saúde das pessoas surdas, na perspectiva do direito à saúde	Revisão bibliográfica	Aponta a comunicação como a principal barreira de acesso à saúde da pessoa surda, gerada pela falta de capacitação dos profissionais de saúde.

Silva, Cancilieri e Soares	2019	Trabalho de Conclusão de Curso-Univale	Identificar o perfil epidemiológico de alguns frequentadores da Associação de Surdos de Governador Valadares, a partir de suas vivências nos serviços de saúde pública local	Pesquisa quantitativa, que se caracteriza como um estudo de casos exploratórios	Os surdos recorrem mais ao serviço de saúde pública, que apenas o médico é o profissional citado que lhes atende, e ratificam que as dificuldades são relativas à falta de comunicação. A acessibilidade comunicativa é indicada como melhoria a ser garantida, além de profissionais que utilizem Libras para mediar a comunicação.
Lopez, Griebeler, Vergara	2020	Revista Saber Humano	Identificar os problemas de acessibilidade enfrentados pelas pessoas surdas no setor de serviços.	Revisão integrativa da literatura	Constatou-se que, independentemente da situação econômica do país, todos os estudos apontaram a existência de barreiras atitudinais ou comunicacionais, tais como: a falta de conscientização das organizações a respeito das necessidades e singularidades do público surdo, a rara presença de intérpretes de LS, ou profissionais capacitados, bem como a ausência de informações sobre os serviços em LS.

Sendo assim, dentro dos tipos de pesquisa bibliográfica, esse artigo pode ser classificado como artigo de revisão narrativa. Segundo a ABNT NBR 6022 (2018, p.2), artigo científico consiste em uma “parte de uma publicação, com autoria declarada de natureza técnica e/ou científica”. Ainda conforme a ABNT, os artigos de revisão, por sua vez, são uma forma de pesquisa, uma parte de uma publicação que resume, analisa e discute informações bibliográficas ou eletrônicas já publicadas, com o objetivo de fundamentar teoricamente determinado objetivo. Uma das categorias de artigos chamados de revisão encontrados na literatura é a revisão narrativa.

Os artigos de revisão narrativa são publicações amplas, destinadas a descrever e discutir o desenvolvimento ou o “estado da arte” de um determinado assunto, sob o ponto de vista teórico ou conceitual. Esse tipo de revisão não informa as fontes de informação utilizadas, a metodologia para busca das obras, nem os critérios utilizados na avaliação e seleção dos trabalhos (o autor escolhe de forma arbitrária os artigos). Constituem, assim, de uma análise da literatura publicada em livros, artigos de revista impressas e/ou eletrônicas na interpretação e análise crítica pessoal do autor. Essa categoria de artigo tem um papel fundamental para a educação continuada, pois, permite ao leitor adquirir e atualizar o conhecimento sobre uma temática específica em curto espaço de tempo; porém, não possuem metodologia que permitam

a reprodução dos dados por outros autores e nem fornecem respostas quantitativas para questões específicas (BERNARDO; NOBRE; JATENE, 2004; ROTHER, 2007).

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A leitura e a análise dos textos/trabalhos selecionados permitiram identificar e agrupar três categorias descritas abaixo, cujo conteúdo constitui o corpo deste estudo.

### 4.1 DIFICULDADES NA COMUNICAÇÃO

Estudos relatam que as dificuldades dos profissionais da saúde no ato do atendimento a pessoa com surdez são imensas. Isso acontece pelo fato de que profissionais não dominam a Libras, e não conhecem os sinais utilizados pelos surdos, por não estarem capacitados para atender a demanda de línguas diferentes. As dificuldades de comunicação entre ambos se tornam intensas (NASCIMENTO, 2019). Trabalhadores da saúde, pouco sabem sobre a língua utilizada pelos surdos e não se vê interesse nesses trabalhadores em procurar capacitação para melhor atender as necessidades das pessoas surdas que procuram o espaço da saúde. As razões para isso sejam, talvez, pelo tempo ocupado no horário de trabalho, exaustão, cansaço físico ou mental, o que faz com que a capacitação fique em segundo plano, e acarrete certos momentos de atendimento a um usuário com surdez repleto de desconforto e incapacidade de compreendê-lo. Estudos realizados por Silva e Almeida (2017) apontam meios para amenizar as dificuldades desses trabalhadores, quando receberem pacientes surdos nas unidades de saúde. Alguns desses meios são: estratégias na implantação da matéria da Libras como obrigatória na grade curricular nos cursos da área da saúde, como também incentivo e apoio aos profissionais da saúde a buscarem qualificação e preparo adequado para acolher o usuário surdo, inclusive, com a sua família.

Os estudos realizados por Lopéz, Griebeler e Vergara (2020) demonstraram que as dificuldades enfrentadas pelos surdos na atenção primária são as barreiras na comunicação entre trabalhadores da saúde e o surdo, pela falta de organização e de conscientização em respeito à singularidade do público surdo, e faz menção à falta de intérpretes, profissionais não capacitados, e com isso, fazendo com que os surdos desistam de procurar atendimento. Estudos realizados por Nascimento, Fortes e Kessler (2015), sobre a percepção de adultos surdos acerca das estratégias de comunicação estabelecidas com profissionais de saúde durante o atendimento, em uma unidade saúde, demonstraram que 86% nunca foram atendidos por profissional que soubesse Libras, 23% as dificuldades de compreender a explicação do profissional e 23% a ausência de intérpretes. Já para Valente (2017), os surdos é quem acabam por se adequar aos serviços e são os únicos que estão buscando meios para sua comunicação.



Os autores trazem essa percepção por entenderem que uma vez que os trabalhadores da saúde não fazem por onde compreender os surdos, eles procuram estratégias para se comunicarem dentro desses espaços, e para reiterar esta constatação, vejamos que Saraiva *et al.* (2017) exemplificam como os trabalhadores da saúde apresentam insuficiência no atendimento, são pessoas despreparadas quanto ao conhecimento da língua dos surdos. Para retificar este cenário, Ficara: Nobrega, Munguba e Pontes (2017) trazem a mesma percepção dos teóricos anteriores, afirmando que alguns trabalhadores até conhecem a Libras, porém não a dominam. Com isso, o constrangimento torna-se evidente para ambas as partes, tanto para o surdo que não entende e não domina a língua portuguesa, quanto para ouvintes que não entendem a dos sinais.

Analisando os resultados dos trabalhos publicados entre 2015 e 2020, e ilustrando-os com a minha vivência diária, vejo a realidade atual da situação em que pessoa com surdez procura os serviços básicos da saúde, e que, na maioria dos casos, desiste da procura de atendimento nas unidades de saúde. Baseando-me nos estudos de Nascimento, Fortes e Kessler (2015) e, resgato minha vivência diária, pois sou agente comunitária de saúde, atuo há dezessete anos em uma unidade básica de saúde de João Pessoa, Paraíba, e testemunho sempre os desconfortos, as irritações, da parte dos surdos, por não serem compreendidos pela equipe que os acolhe. A título de exemplo das consequências disso, as gestantes surdas não procuram fazer o pré-natal, os homens não procuram saber sobre saúde e doença. Não observo homem surdo algum participar do novembro azul, tampouco vejo mulheres em idade fértil procurarem o serviço de ginecologia da unidade de saúde. Há uma evasão social quando falamos de saúde do surdo. Mas, a partir dos resultados dos estudos que foram analisados, tão logo, fui capaz de descobrir um forte motivo da desistência da procura por atendimento: a dificuldade de comunicação entre surdo e trabalhadores da saúde, que é posta em evidência pelos autores dos artigos publicados e revisados.

Com isso, torna-se evidente que diante de um mundo globalizado, em tempos de pandemia, sobretudo com o uso indispensável das mídias, que se deve repensar meios que viabilizem o conhecimento da Libras para profissionais da saúde na atenção primária, por meio da educação continuada; e que projetos sejam colocados em prática, saiam do papel e tornem-se de fato e de direito aplicados. Mas, enquanto não se pensa em capacitar trabalhadores, é necessário que algumas estratégias sejam colocadas em prática, algo que faça a mediação paliativa da comunicação entre pessoas surdas que procurem esses espaços, pois não podemos, enquanto funcionários públicos, continuar sem compreender o outro, por ele ter língua diferente da nossa. Devemos, em nome da comunidade surda, procurar formas alternativas que nos ajude a compreendê-los, enquanto projetos maiores não saem do papel, ao nos capacitar em cursos

básicos de Libras, para que essas dificuldades de comunicação sejam amenizadas, e a inclusão do surdo nos serviços básicos de saúde aconteça.

Estudos realizados por Lessa e Andrade (2016) apontam que dos usuários com deficiência auditiva que foram entrevistados em busca de uma unidade de saúde, 27% deles informaram que já foram atendidos por profissionais que dominavam Libras, mas, 73% disseram nunca terem sido atendidos por trabalhadores da saúde que ao menos conhecessem Libras. Desses surdos entrevistados, 30%, compreendem bem a escrita, e a leitura labial. Com esses dados é perceptível que o desrespeito da atenção primária para com essa comunidade é altíssimo, logo, descobrimos um porquê da não procura dessas pessoas por atendimento nesses espaços. Imaginem em tempos de pandemia, o coronavírus assolando o mundo, e trabalhadores da saúde não conhecem e não sabem se comunicar com surdos, deixando uma comunidade vulnerável, sem assistência e podendo causar fortes danos a esses usuários.

Diante do exposto, a necessidade de buscar novos conhecimentos torna-se evidente, e a melhor maneira desse conhecimento acontecer é, enquanto trabalhadores da saúde estiverem na ativa, procurar qualificação na área da Libras, para que a inclusão de surdos nos espaços da saúde aconteça, e que essas dificuldades de comunicação sejam sanadas e a acolhida seja satisfatória para ambas as partes.

#### 4.2 DESISTÊNCIA DOS SURDOS NO ATENDIMENTO MÉDICO NAS UNIDADES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA

Estudos realizados demonstram que devido a dificuldades de comunicação, a desistência na espera para os surdos serem atendidos é constante por motivos de atendimento, em especial pois alegam que a sala de acolhimento é uma das razões dessa desistência, ao lado da não compreensão das explicações do médico. Também alegam que demoram a ser atendidos e não têm paciência para esperar, junto com a falta de intérpretes nas unidades, a insegurança quanto aos resultados da consulta, e o receio em obedecer às dosagens de medicamentos por entenderem que não compreenderam totalmente as orientações do profissional (NASCIMENTO; FORTES; KESSLER, 2015). Estes autores relataram em seu estudo que 45% dos participantes da pesquisa já desistiram do atendimento por dificuldades no acesso a saúde e 25% apontaram a sala de espera, como uma das dificuldades.

Percebe-se com essas afirmativas que é fundamental que os profissionais da saúde busquem qualificação na área de Libras, visto ser ela a língua que mais é requisitada quando se fala de comunicação com surdos. Não estamos mais em tempos de ignorância e devemos

procurar minimizar essas dificuldades para que a acessibilidade desses usuários aconteça, a saúde é primordial na vida das pessoas, e para isso é preciso que cuidemos dela, assim como a saúde da criança é importante para seu desenvolvimento e crescimento, ou tal qual a saúde da mulher é outro fator importante, e a saúde do homem também, mas, pelo motivo das dificuldades de comunicação dentro dos espaços saúde, à comunidade surda tem sido relegada a falta desse cuidado com sua saúde, seja ela representada por crianças, mulheres ou homens, a propósito.

#### 4.3 ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO UTILIZADAS PELO MÉDICO NO ATO DO ATENDIMENTO AO PACIENTE SURDO

Estudos relatam que a dificuldade comunicacional entre médico e paciente surdo é imensa, pois foi constatado o despreparo do médico para atender pacientes com disfunção auditiva, impedindo os pacientes de serem atendidos com humanização, e sem igualdade de direitos, uma vez que o médico precisa de um familiar ouvinte para traduzir o que o surdo fala, ou pede que o paciente escreva, quando esse é alfabetizado e vai sozinho. Outra estratégia utilizada pelos médicos é o uso da mímica, da gestual, de caras e bocas, que pode caracterizar constrangimento para ambos em um momento desses (LOPEZ; GRIEBELER; VERGARA, 2020). Devido a disciplina de Libras ser optativa nos cursos de graduação, é que desconfortos como esse ocorrem, pois o médico estudou para atender seres humanos, para salvar vidas, e a saúde básica, é uma estratégia para cuidar de pessoas antes que elas adoeçam. E em se tratando de atendimento a humanos, os espaços da saúde são insuficientes no atendimento de pessoas, simplesmente por não “falarem”, por serem surdas, por que se comunicam com as mãos, por terem os seus olhos como sendo os ouvidos, e suas mãos como sendo a boca; é assim que se define as pessoas usuárias da Libras. Ressalta-se, daí, que o cuidado em tempos de pandemia é essencial, e profissionais da saúde, inclusive os médicos, deveriam se atentar à necessidade de conhecer pelos menos os sinais da Libras que se referem à área da saúde (RAMOS; ALMEIDA, 2017).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, diante de tempos de pandemia, quando a procura de atendimento médico aumenta nas unidades de saúde da atenção primária por conta da Covid-19, as dificuldades de comunicação entre surdos e trabalhadores da saúde na atenção primária seria algo inevitável. Logo, surgiu a ideia de elaborar uma pesquisa através de estudos publicados entre 2015 e 2020, para investigar quais dificuldades os surdos encontram ao procurarem esse serviço. Evidências mostraram que as dificuldades encontradas pelos pacientes surdos no ato da consulta foram principalmente de comunicação entre trabalhadores que não dominam Libras, e, por extensão, da parte dos surdos que não compreendem a língua oral, usada pelos ouvintes. Isso causa má compreensão nas explicações do médico, demora no atendimento, também agravadas pela falta de intérprete no ato da consulta. Diante disso, constatou-se também a evasão e desistência dos pacientes surdos de procurarem os espaços saúde, mesmo que trabalhadores constrangidos por não conhecerem a língua dos sinais e não entenderem a comunicação dos surdos, tentem ajudá-los apresentando estratégias como escrever, tentar falar pausadamente, fazer mímicas, gestos etc. Infelizmente, mesmo assim, isso acaba causando desconforto, irritação aos pacientes surdos por não entenderem as estratégias.

E, por fim, diante de falta de comunicação entre ambos, propõe-se que a Libras seja um componente curricular obrigatório nos cursos de saúde, com educação continuada, e que gestores procurem capacitar os trabalhadores para que haja inclusão de fato e de direito. Que também sejam criados e implementados projetos com cursos básicos de Libras dentro dos espaços da saúde, e que a língua de sinais não seja uma disciplina optativa nos cursos de fonoaudiologia, enfermagem, medicina, mas requisito básico nos cursos superiores em todas as áreas.

Enquanto não acontecer a capacitação para quem já atua na área da saúde, segue a sugestão para minimizar a problemática através de aplicativos como Hand Talk, Prodeaf, que realizam a tradução do português para Libras, de modo a minimizar o sofrimento dos usuários surdos quando procurarem atendimento na atenção básica.

Este estudo também foi pensado por motivos e vivências pessoais diárias. Trabalho como agente comunitária de saúde, e todos os dias vejo a dificuldade de colegas de trabalho para conversar com surdos. É como se a comunidade surda não fizesse parte da sociedade, embora sejam pessoas que paguem impostos, que votem, que têm poder de deliberação, e tal é o despreparo dos colegas, que sequer procuram se qualificar, ao dizerem que não se identificam com essa língua diferente.

Foi por esse motivo que eu e outra colega de trabalho enveredamos pelo mundo da Libras, e tentando convencer os colegas de trabalho a conhecerem a importância da comunicação e praticarem a dita língua tão difícil, que este estudo acabou ganhando corpo, tendo sempre em mente que por trás disso existem pessoas que não têm seus direitos garantidos dentro das unidades de saúde, por mera falta de comunicação.

Concluo que a Libras é a principal ferramenta para comunicação dos surdos, assim como a nossa Língua Portuguesa é essencial para os ouvintes. Deste modo, os surdos precisam ser respeitados, e nós, como multiplicadores de saberes, devemos nos adequar para inclui-los no serviço que procuram, pois, saúde é um direito de todos, e dentre estes todos os pacientes surdos também devem ser incluídos.

## REFERÊNCIAS

ABNT NBR 6022. **Artigo em publicação periódica técnica e/ou científica**, p.1-12, 2018.

BERNARDO, W. M; NOBRE, M. R. C; JATENE, F.B. A prática clínica baseada em evidências. Parte II: buscando as evidências em fontes de informação. **Revista da Associação Médica Brasileira**, São Paulo, v.50, n.1, p1-9, 2004.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei 6284/2019. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para estabelecer condições de oferta de ensino da Língua Brasileira de Sinais -LIBRAS, em todas as etapas e modalidades da educação básica. Disponível em: < <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/140061>>. Acesso em: 04 out. 2020.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**: Seção1, Brasília, DF, p.28, 23 dez. 2005.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre e a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p.23, 25 abr. 2002.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Ensino de língua portuguesa para surdos**. Brasília; 2002. v. 1.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, 20 dez. 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 976, de 04 de maio de 2006. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006.

DIAS, E. A. D; MEDEIROS, R. C; MELO, A. C; FERREIRA, V. D; BEZERRA, A. M. F; NUNES, E. M. Dificuldades de comunicação dos profissionais da atenção primária à saúde com o usuário surdo. **Temas em Saúde**, João Pessoa, p.342-355, 2018.

INES. Instituto Nacional de Educação de Surdos. Disponível em: <http://www.ines.gov.br/conheca-o-ines>. Acesso em: 15 dez. 2020.

LESSA, R. T. C; ANDRADE, E. G. S. Libras e o atendimento ao cliente surdo no âmbito da saúde. **Revista de Divulgação Científica Sena Aires**, Valparaíso de Goiás, v.5, n.2, p.95-104, 2016.

LÓPEZ, M. H; GRIEBELER, W. R; VERGARA, L. G. L. Barreiras de acessibilidade enfrentadas por pessoas surdas no setor de serviços: uma revisão integrativa da literatura. **Saber humano**, Restinga Sêca, v.10, n.17, p.165-191, 2020.

MAGRINI, Amanda Monteiro; SANTOS, Tereza Maria Momensohn. Comunicação entre funcionários de uma unidade de saúde e pacientes surdos: um problema? **Revista Distúrbios da Comunicação**, v.26, n.3, p.550-558, 2014.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

NASCIMENTO, G. B.; FORTES, L. O.; KESSLER, T. M. Estratégias de comunicação como dispositivo para o atendimento humanizado em saúde da pessoa surda. **Saúde (Santa Maria)**, Santa Maria, v. 41, n. 2, p. 241-250, 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufsm.br/revistasaude/article/viewFile/15121/pdf>. Acesso em: 15 fev. 2021.

NASCIMENTO, I. C. **Acesso à saúde e os direitos das pessoas surdas**: uma revisão bibliográfica. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Saúde Coletiva) – Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

NÓBREGA, J. D; MUNGUBA, M. C; PONTES, R. J. S. Atenção à saúde e surdez: desafios para implantação da rede de cuidados à pessoa com deficiência. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, v.30, n.3, 2017.

RAMOS, T. S; ALMEIDA, M. A. P. T. A importância do ensino de Libras: relevância para profissionais de saúde. **Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, Jabotão dos Guararapes, v.10, n.33, p.116-126, 2017.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática x revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v.20, n.2, p.1-2, 2007.

SOUSA, E. M; ALMEIDA, M. A. P. T. Atendimento ao surdo na atenção básica: perspectiva da equipe multidisciplinar. **Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, Jabotão dos Guararapes, v.10, n.33, p.72-82, 2017.

SARAIVA, F. J. C; MOURA, R. S; TAVARES, N. V. S; LUCENA JÚNIOR, B; SANTOS, I. S; SANTOS, R. F. M; O silêncio das mãos na assistência aos surdos nos serviços de saúde pública. **Revista Eletrônica Multidisciplinar**, v.2, n.17, p.94-104, 2017.

SILVA, R. P; ALMEIDA, M. A. P. T. Relação comunicativa entre o profissional de saúde e os surdos: uma revisão bibliográfica. **Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, Jabotão dos Guararapes, v.11, n.37, p.653-668, 2017.

SILVA, J. A; CANCELIERI, K. R; SOARES, M. S. C. **Surdez e saúde pública**: pesquisa sobre o perfil epidemiológico de frequentadores da Associação de Surdos de Governador Valadares. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Enfermagem), Universidade Vale do Rio Doce, Governador Valadares, 2019.

VALENTE, L. S. **A acessibilidade do surdo nas Unidades Básicas de Saúde na cidade de Parintins Amazonas**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Enfermagem), Universidade do Estado do Amazonas, Amazonas, 2017.